

# Evitar nova recessão

por Walter Clemente  
do Recife



Luciano Coutinho

Depois de quatro anos de secas que não permitiram a colheita de sequer uma safra completa de cana-de-açúcar, dois anos de recessão econômica parecem ser o máximo suportável para os pequenos e médios empresários que participaram quinta-feira do seminário "Repensando 82", no Recife.

A inflação, é claro, os angustia. Mas uma recessão continuada seria indiscutivelmente pior, porque colocaria em risco a própria existência de suas pequenas empresas regionais, fracas já há bom tempo pelo efeito desgastante das altas taxas de juros.

Os pernambucanos são mais claros quando falam jocosamente de sua situação geográfica distante dos centros de decisão. Ao encaminhar sua questão para o Rio de Janeiro, no final dos debates, um dos empresários recomendou ao professor Luciano Coutinho, que coordenou o seminário no Recife: "Pedre para não fazerem a recessão, diga que somos contra e ameace que nos mudamos todos para lá".

Há um certo ceticismo inerente nas posições de maior parte dos empresários do Recife, que supõe existir, além da crise nacional sujeita à crise internacional, também uma subcrise nacional localizada no Nordeste. O choro regional, sem dúvi-

da, é consensual. Mas também houve união firme ontem em Recife sobre os caminhos que eventualmente o governo venha a tomar para controlar as contas internas nesse final de ano. Os pernambucanos estão convencidos de que tudo vale, novas medidas devem ser tentadas, mas a recessão e o desemprego devem ser evitados a qualquer custo.

Ainda na primeira fase dos debates, logo depois da conferência de Luciano Coutinho, a questão principal era saber como os juros internacionais elevados influenciavam os juros internos, ou como se poderia fazer para evitar que previsões tão pessimistas, como a de manutenção de juros da ordem de 13 ou 14%, ao ano no mercado internacional, não acabem por aumentar ainda mais o custo financeiro das empresas. Coutinho, que também assistiu à sua conferência do Recife, considerou sua palestra um tanto moderada: "Dois banqueiros americanos e um inglês, que passaram ontem por Brasília, confirmaram essa expectativa de juros ao redor dos 14% ao ano. Isso para este ano. O grave é que eles se negam a fazer previsões para o próximo ano".

## INSUSTENTÁVEL

Juros reais de 30 ou 40% ao ano, como os praticados atualmente pela economia brasileira, contudo, são insustentáveis, não apenas na opinião dos empresários pernambucanos, como depois se pode verificar pela ligação nacional, via Embratel, das dez capitais onde o seminário foi realizado. E medidas paliativas como a dos juros pós-fixados, tomada anteontem pelo Conselho Monetário Nacional, não chegam a emocionar quem sabe na ponta do lápis

calcular o custo dos empréstimos que faz. Hélio Coutinho Filho, da Norasa Nordeste Auto Motores, calcula que a correção monetária para os juros apenas vai transferir responsabilidade de custo, dos bancos para o governo. Mas o custo propriamente ficará o mesmo. "Se as cadernetas de poupança devem pagar 125% ao ano, nesse próximo trimestre, quanto é que eu vou pagar a mais do que os 140 ou 150% que já estou pagando?"

José Paulo Cavalcanti Filho, do Banco Mercantil de Pernambuco, acredita que a solução poderia vir por meio de uma dissociação dos juros internos dos externos. "Coisa que poderia ser feita com um câmbio diferenciado."

Essa questão do câmbio diferenciado foi bastante discutida antes que se chegasse ao consenso de que o governo poderia criar um subsídio para os financiamentos externos de longo prazo, que incluíssem financiamentos comerciais. Apenas com uma ressalva, que também toda a administração da política monetária teria de ser alterada, antes que o empresário voltasse a confiar numa política de médio prazo.

"Quem é que tomaria um empréstimo de longo prazo pensando em subsídio pago depois pelo governo se, numa esquina, ele resolve fazer outra maxidesvalorização?", questionou Coutinho Filho.

Os pernambucanos, por consenso, manifestaram-se também contra modificações na lei salarial, com o sentido de arroxar ainda mais o rendimento dos trabalhadores. "Não se deve mexer nos salários, a não ser para fazer com que cada família tenha uma renda mínima decente", resumiu Cavalcanti Filho.